

ASPECTOS DO PROBLEMA DA CAUSALIDADE EM KANT

Paulo R. Margutti Pinto
FAFICH — UFMG

Resumo: A solução de Kant ao problema da causalidade levantado por Hume é avaliada. Procura-se argumentar que, apesar de sua engenhosidade, a abordagem de Kant de fato não elimina a dificuldade e só consegue deslocar o problema para o nível transcendental. A discussão toda pretende contribuir para reforçar uma desconfiança saudável com respeito à tendência dos filósofos modernos em buscar fundamentos epistemológicos últimos.
Palavras-chave: Kant, Causalidade, Hume, Fundamentos Epistemológicos.

Abstract: Kant's solution to the problem of causality as raised by Hume is evaluated. It is argued that, despite its ingenuity, Kant's approach in fact does not eliminate the difficulty and succeeds only in relocating the problem at the transcendental level. The whole discussion is intended to contribute to reinforce a healthy suspicion with respect to Modern Philosophers' tendency to look for ultimate epistemological foundations.
Key words: Kant, Causality, Hume, Epistemological Foundations.

I - Introdução

O presente texto faz parte de um conjunto no qual pretendo mostrar as dificuldades dos filósofos modernos em resolver a questão da causalidade, seja numa perspectiva racionalista, seja numa perspectiva empirista¹. Nas linhas que seguem, tento mostrar que a solução kantiana ao problema da causalidade levantado por Hume, em que pese sua originalidade e seu fascínio, é insatisfatória. A discussão que pretendo conduzir pretende contribuir para aumentar aquilo que considero uma saudável desconfiança com relação à tendência da filosofia Moderna em buscar fundamentos últimos de caráter epistemológico.

Para atingir os objetivos expostos, percorrerei as seguintes etapas. Em primeiro lugar, farei uma exposição das linhas gerais da solução kantiana ao problema levantado por Hume no caso específico da transmissão do movimento no mundo físico, notadamente através da análise do choque de duas bolas de bilhar sobre uma superfície plana. Em segundo, farei uma avaliação da solução kantiana para verificar se ela resolve efetivamente ou não a dificuldade levantada por Hume. Em terceiro e último lugar, apresentarei as conclusões que podem ser extraídas depois de realizado o percurso acima.

II - Ilustração da solução kantiana ao problema da causalidade

A partir da conhecida crítica de Hume ao princípio de causalidade, um filósofo de tendência racionalista teria de reconhecer que a conexão causal de impressões sensíveis resultaria, *grosso modo*, da articulação de causas e efeitos através do *hábito*, uma atividade psicológica que, se não é puramente racional, pelo menos caracterizaria a maneira pela qual o sujeito cognoscente articula causas e efeitos no mundo fenomênico. Nesta perspectiva, o hábito não constituiria uma atividade puramente racional, já que seria capaz de conectar fenômenos de maneira causal, mesmo sem encontrar um fundamento para tanto na experiência dos sentidos.

¹ Cf. Aspectos da crítica de Hume ao princípio de causalidade, in M. C. M. CARVALHO (org.), *A Filosofia Analítica no Brasil*, Campinas: E. Papirus, 1995, 51-68; Visão panorâmica da Física contemporânea e alguns de seus reflexos sobre a questão filosófica da causalidade, *Síntese Nova Fase*, vol 20, nº 63 (1993): 679-701; Sobre uma incompatibilidade conceitual congênita relativa à causalidade no sistema cartesiano, *Síntese Nova Fase*, vol 22, nº 69 (1995): 207-24; A questão da transmissão do movimento na filosofia primeira de Hobbes, *Kriterion*, vol XXXIX, nº 97 (1998): 176-86.

Levando em conta que o próprio Kant afirma que Hume o despertou de seu “sono dogmático”, parece-me bastante razoável supor que a crítica acima, em que pese a imprecisão de sua formulação, constituiu um desafio para o filósofo alemão. De fato, sabemos que, para ele, os juízos científicos envolvendo o princípio de causalidade são sintéticos *a priori*. Isto significa que, por um lado, eles contém elementos provenientes da experiência (são sintéticos) e, por outro, também contém elementos provenientes da nossa faculdade racional (são *a priori*). De acordo com o espírito da filosofia de Hume, na construção destes juízos, a parte proveniente da nossa faculdade racional, ao ser acoplada à parte proveniente da experiência, não encontra qualquer fundamento nesta última para a ela ser acoplada. Desse modo, não haveria qualquer intuição sensível da qual derivasse a relação causal. Não havendo tal base empírica, os juízos sintéticos *a priori* envolvendo o princípio de causalidade seriam, em última instância, falácias do tipo *post hoc, ergo propter hoc*. Finalmente, não havendo maneira adequada de justificar a aplicação racional do princípio de causalidade à experiência, teríamos de contentar-nos com uma ligação dos fenômenos por intermédio do hábito. Como responde Kant a esta crítica?

Para tornar a discussão mais concreta, consideremos agora como Kant explicaria, com base em sua filosofia transcendental, a solução dada pela física newtoniana à seguinte questão: movimentando-se numa superfície plana, uma bola de bilhar ‘A’, de massa ‘ m_1 ’ e velocidade ‘ v_1 ’, choca-se com uma outra bola ‘B’, de massa ‘ m_2 ’, que se move com velocidade ‘ v_2 ’; após o choque, as velocidades de ‘A’ e ‘B’ se alteram, sendo agora expressas respectivamente por ‘ v_3 ’ e ‘ v_4 ’. De acordo com a física newtoniana, a quantidade de movimento *antes* do choque é calculada pela expressão ‘ $m_1 v_1 + m_2 v_2$ ’ e equivale à quantidade de movimento *depois* do choque, que se calcula pela expressão ‘ $m_1 v_3 + m_2 v_4$ ’; a igualdade representada por ‘ $m_1 v_1 + m_2 v_2 = m_1 v_3 + m_2 v_4$ ’ é uma relação necessária, que expressa os efeitos da interação de ‘A’ e ‘B’ por ocasião do choque. De acordo com a crítica de Hume, porém, a igualdade acima não é necessária e nem pode expressar os efeitos da interação das duas bolas de bilhar, já que a única garantia da mesma é a percepção de uma sucessão contingente de impressões relativas ao que ocorreu *antes e depois* do choque. Tal sucessão contingente de impressões é articulada, não pelo sujeito cognoscente — que não existe —, mas pelo sujeito prático, que utiliza o hábito para tanto. Assim, não há uma atividade racional mais elevada que possa dar estatuto científico à igualdade considerada.

Vejamos que resposta daria Kant a Hume na consideração deste problema. Deixando de lado uma série de pormenores, podemos dizer que seus principais resultados podem ser resumidos da seguinte maneira.

Tomemos inicialmente o nível da sensibilidade. Para simplificar, reduzamos o campo da percepção à superfície plana e às duas bolas. Neste nível, não há ainda objetos constituídos como tais, mas apenas qualida-

des sensíveis distribuídas numa configuração espaço-temporal. De acordo com Kant, as qualidades sensíveis relativas aos objetos considerados são inicialmente organizadas pela intuição pura do espaço. Essa organização, contudo, possui caráter fragmentário, pois apenas nos dá uma determinada distribuição espacial de qualidades sensíveis num dado instante de tempo. É a intuição pura do tempo que organiza as distribuições espaciais de qualidades sensíveis em uma sucessão temporal das mesmas. Para ilustrar, poderíamos comparar a experiência sensível a um filme cinematográfico. Nesta perspectiva, a tarefa realizada pela intuição pura do espaço corresponderia a um simples fotograma; a tarefa realizada pela intuição pura do tempo, a uma sucessão de fotogramas, representando uma determinada seqüência temporal de eventos. Essa nova organização temporal ainda é fragmentária, pois apenas nos fornece uma distribuição temporal de distribuições espaciais. Assim, no nível da sensibilidade, apesar das qualidades sensíveis já se encontrarem organizadas no espaço e no tempo, falta ainda o arremate representado pela atividade racional de um sujeito cognoscente que é capaz de reconhecer objetos no interior dessa organização.

Passemos então ao nível do entendimento. Até agora, conforme foi dito, a superfície plana, as bolas em movimento e seu choque correspondem a um conjunto de intuições sensíveis organizadas pelas intuições puras do espaço e do tempo. Para serem constituídas como um conjunto de objetos determinados numa situação determinada, estas intuições devem ser subsumidas pelas categorias. Assim, para que possamos atribuir uma relação causal ao fenômeno do choque entre as bolas sobre a superfície plana, é preciso, primeiramente, que sejamos capazes de reconhecer as bolas 'A' e 'B' e a superfície como objetos determinados, ou seja, como substâncias. Para tanto, teremos que ser capazes de aplicar a categoria de substância às intuições sensíveis correspondentes. Isso deverá ser feito pela mediação do esquema da categoria de substância, que consiste numa dada determinação do tempo: a permanência (id.: 106). Dessa forma, na medida em que podemos imaginar as bolas e a superfície plana de conformidade com o esquema da permanência no tempo, então poderemos aplicar-lhes a categoria de substância. Se podemos, por exemplo, através da nossa faculdade da imaginação, construir a imagem da bola 'A' de acordo com o método de construir uma imagem com base na determinação permanência no tempo, então podemos aplicar a ela a categoria de substância. O mesmo vale para a bola 'B' e a superfície plana. Da mesma forma, e seguindo procedimentos análogos, podemos construir os conceitos de 'massa' e 'velocidade' de cada uma das bolas, entendidas como propriedades (acidentes) das mesmas.

A aplicação da categoria de substância aos objetos envolvidos pelo choque acima considerado é feita de conformidade com a regra das analogias da experiência, cuja formulação geral é a seguinte: "a experiência só é possível mediante a representação de uma conexão neces-

sária das percepções” (id.: 122). No caso do choque das bolas, isto significa que a construção da experiência relativa a este choque se dá através da representação da substancialidade das bolas como conectando necessariamente as percepções correspondentes. A regra acima é geral e regula a aplicação de todas as categorias da relação, a saber: substância e acidente, causa e efeito, ação recíproca. A regra específica para que a categoria de substância seja aplicada é a ‘primeira analogia’ ou ‘princípio da permanência da substância’, que Kant formula assim: “em toda a variação dos fenômenos, permanece a substância, e o quantum da mesma não é nem aumentado nem diminuído na natureza” (id.: 124). É graças a ela que, apesar do choque das bolas envolver uma multiplicidade de variações fenomênicas, o entendimento pode dizer que a substância de cada bola permaneceu inalterada.

Uma vez reconhecidas as bolas como substâncias, o sujeito cognoscente pode agora aplicar a categoria de causalidade ao choque de ambas. Esta categoria também é aplicada de conformidade com a regra geral das analogias da experiência, cuja formulação foi mencionada acima. Do ponto de vista da experiência do choque das bolas, contudo, a representação da conexão necessária das percepções vai ser agora constituída pela causalidade. Isto é possível mediante o apelo à regra específica que Kant chama de ‘segunda analogia’ ou ‘princípio da sucessão temporal segundo a lei da causalidade’: “todas as mudanças acontecem segundo a lei da conexão de causa e efeito” (id.: 128). Aqui, as duas bolas se moviam com velocidades determinadas sobre a superfície plana e, depois do choque, tiveram estas velocidades alteradas. De acordo com a segunda analogia da experiência, as alterações das respectivas velocidades ocorreram *depois do choque*, e, portanto, *foram causadas por ele*.

Como se pode ver, as categorias de substância e causalidade, uma vez aplicadas ao diverso da intuição sensível, ajudam a construir o fenômeno do choque das duas bolas sobre a superfície plana e o tornam objetivo. Neste sentido, as categorias constituem leis necessárias do nosso aparelho cognitivo, leis estas capazes de submeter o diverso da intuição a leis bem determinadas.

Todavia, é importante observar que o fenômeno do choque das bolas só foi possível porque construído como experiência de um sujeito determinado. E isto nos leva ao papel desempenhado pela unidade sintética da apercepção na construção do choque das bolas como relação causal. Já sabemos que, no nível da sensibilidade, as múltiplas intuições concernentes ao choque das duas bolas é organizado pelas intuições puras do espaço e do tempo; no nível do entendimento, tais intuições são organizadas pela unidade sintética da apercepção. Assim, enquanto dadas, as diversas representações daquelas intuições estão submetidas às condições *a priori* do espaço e do tempo; enquanto passíveis de serem ligadas numa consciência, tais representações estão submeti-

das às condições *a priori* da unidade sintética da apercepção (id.: 86). Segundo Kant, toda ligação feita por meio das categorias pressupõe uma ligação anterior, aquela representada pela unidade do sujeito que efetua as ligações. Esta última acompanha todas as representações do sujeito e faz com que elas sejam representações de um mesmo sujeito. A síntese do múltiplo dado na intuição só é possível pela consciência desta síntese, à qual Kant chamou de 'unidade sintética da apercepção' (id.: 85). Dessa forma, o fenômeno do choque das duas bolas de bilhar sobre uma superfície plana surge, finalmente, como experiência de um sujeito cognoscente determinado, como minha experiência.

Em resumo, a solução kantiana ao problema considerado envolve os seguintes aspectos. De um lado, temos os dados brutos da intuição sensível, que podem ser comparados a uma massa disforme. De outro, temos o sujeito cognoscente, cujo aparelho cognitivo pode ser comparado a uma forma sem conteúdo. Do confronto dos dois, surge o fenômeno representado pelo choque das bolas. A principal característica do sujeito cognoscente é a sua capacidade de organizar o diverso da intuição; o aspecto mais elevado dessa capacidade de organizar é a unidade sintética da apercepção. Assim, no nível da sensibilidade, o diverso da intuição já é inicialmente organizado pelas intuições puras: as qualidades sensíveis envolvidas pelo choque das bolas na superfície plana são todas apreendidas no interior do espaço e do tempo. Isto permitirá posteriormente o tratamento matemático das mesmas. A unidade sintética da apercepção faz com que tais intuições sejam percebidas como pertencentes a um mesmo sujeito, permitindo assim a aplicação das categorias de substância e causalidade. Tais categorias são aplicadas mediante princípios específicos. Apesar destas categorias serem heterogêneas com respeito às intuições que elas unificam, a ponte que possibilita a aplicação das mesmas às intuições é fornecida pelos esquemas da imaginação. Cada um deles consiste no método de construção de uma imagem de acordo com uma dada categoria. As categorias de substância e causalidade podem ser aplicadas às qualidades sensíveis cuja organização resulta no fenômeno do choque das bolas porque podemos construir imagens das bolas e da superfície plana em obediência à regras da substancialidade e da causação. As coisas se passam de tal modo que, sem o aparato acima descrito, o sujeito não conseguiria construir um conhecimento objetivo do choque das bolas. Mas todo esse aparato se localiza no nível transcendental. Em outras palavras, apesar de constituir a condição de possibilidade da nossa experiência do fenômeno considerado, esse aparato não está presente na própria experiência, devendo ser recuperado por meio da análise. Todo o processo de constituição da experiência do choque das bolas, apesar de ocorrer simultaneamente com a nossa própria experiência desse choque, localiza-se no nível transcendental e possui, assim, prioridade lógica com relação ao fenômeno observado. O sujeito cognoscente impõe uma ordem ao diverso da intuição e assim, ao

—

analisar o fenômeno por ele construído, redescobre a sua própria ordem de sujeito cognoscente no fenômeno estudado.

A solução kantiana à crítica de Hume é, sem dúvida, fascinante. Resta saber até que ponto ela é satisfatória. Isto será considerado na próxima seção.

III - Avaliação da solução kantiana ao problema da causalidade

No que segue, procurarei mostrar que a solução kantiana possui uma seqüela indesejável: embora tenhamos um conhecimento das relações causais entre fenômenos, o conteúdo desse conhecimento é de tal natureza que não há qualquer percepção sensível da qual derive a relação causal. A inferência que vai de 'tal objeto sempre foi observado com tal efeito' para 'outros objetos, aparentemente similares àquele, serão observados com os mesmos efeitos' não se funda em qualquer percepção sensível, mas sim na aplicação de princípios provenientes de nossa faculdade racional em nível transcendental.

É verdade que, contra Hume, Kant pode concluir que todas as inferências causais obtidas a partir da experiência são efeitos da aplicação de funções racionais de síntese, não do hábito. Assim, embora receba da intuição sensível o material a partir do qual será construída a relação causal entre dois fenômenos, a razão humana constrói tal relação através da aplicação, à intuição sensível, de princípios racionais *a priori*. Esta resposta parece procurar levar em conta o ponto crucial da crítica humeana traduzida para a linguagem racionalista de tipo kantiano, a saber: o sujeito pensante só tem acesso às suas percepções imediatas, e estas constituem fatos singulares e independentes entre si, não fornecendo qualquer base empírica para a aplicação do princípio de causalidade. Para resolver esta dificuldade, Kant avança a hipótese de que o sujeito pensante constrói o mundo dos fenômenos a partir da aplicação de princípios racionais *a priori* às impressões singulares. Temos, assim, uma solução de compromisso, em que o conhecimento causal surge como uma síntese, em que as percepções imediatas são organizadas pelos princípios racionais *a priori* do sujeito.

Se levarmos em conta as enormes dificuldades enfrentadas pela filosofia do próprio Hume, a solução kantiana parece oferecer-nos uma alternativa mais adequada para compreender o funcionamento do conhecimento. Como já procurei demonstrar em outro momento², a crítica

² Cf. meu texto Aspectos da crítica de Hume à causalidade, 63.

à causalidade e o conseqüente apelo ao hábito pressupõem a existência e a identidade de um sujeito cognoscente, já que a ligação de duas impressões sucessivas, seja por meio da relação de causa e efeito, seja pelo hábito, só pode ser feita por este sujeito. Todavia, Hume faz também uma crítica do sujeito cognoscente, a qual, se correta, torna a sua crítica ao princípio de causalidade desprovida de sentido, uma vez que ela só se aplica quando existe um sujeito capaz de efetuar a articulação das impressões sucessivas. Isto nos leva a concluir que a crítica humeana à causalidade só é eficaz quando se admite a existência e a identidade do sujeito cognoscente. É apenas neste caso que a conexão causal de dois fenômenos em sucessão temporal pode ser efetuada. Como Kant admite um tal sujeito, ele não cai na mesma aporia que Hume, mas tem de enfrentar a crítica deste último à causalidade. Além disso, Kant parece oferecer uma resposta razoável a esta crítica.

Todavia, se levarmos a análise um pouco mais adiante, veremos que tal não é o caso. De fato, o significado básico da crítica de Hume para o filósofo racionalista está em que a conexão causal efetuada pelo sujeito cognoscente, quando este depara com duas impressões sucessivas, não tem, em última instância, um fundamento adequado. Em outras palavras, as impressões sucessivas não fornecem a impressão de uma conexão causal entre elas, o que torna a atribuição de uma relação causal entre tais impressões pela razão humana algo inteiramente artificial: a relação causal é um princípio racional, mas torna-se sem razão ao ser aplicada a essas impressões sem estar fundada nelas. É isso que torna a atribuição de uma relação causal entre duas impressões sucessivas uma falácia do tipo *post hoc, ergo propter hoc*.

Para enfrentar essa dificuldade, Kant localiza a atividade organizadora do sujeito cognoscente no nível transcendental, fazendo de todo o aparato que começa com as intuições puras do espaço e do tempo, passa pelos esquemas e categorias e chega à unidade sintética da apercepção um veículo para a construção do conhecimento. Esta solução, contudo, consiste num *mero deslocamento do problema para o nível transcendental*. Realmente, não há nada que nos autorize a dizer que uma ligação de impressões sucessivas, quando realizada por funções de síntese localizadas no nível transcendental, é mais eficiente do que uma ligação dessas impressões no nível do sujeito empírico. Em outras palavras, mesmo constituindo condição de possibilidade de todo o nosso conhecimento, o sujeito transcendental kantiano não possui o fundamento necessário para ligar eficazmente aquilo que o sujeito pensante dos seus predecessores racionalistas já não tinha condições de ligar. Deslocando o problema para o nível transcendental, o máximo que Kant consegue é transformar a falácia envolvida pela crítica de Hume numa *falácia transcendental*: a aplicação da categoria de causalidade a intuições sucessivas não tem qualquer fundamento no conteúdo das intuições mesmas, e constitui uma imposição das categorias *a priori*

do entendimento a tal conteúdo. Na verdade, o que fundamenta a aplicação desta categoria é uma determinação do tempo, que já é, ele mesmo, uma intuição pura do sujeito que organiza o material intuído de acordo com suas próprias conveniências de sujeito cognoscente. A aplicação da categoria de causalidade é, em última análise, unilateral, pois só encontra seu fundamento no próprio sujeito e não no conteúdo efetivo das impressões singulares que constituem as percepções desse sujeito. Sendo unilateral, a aplicação poderia ser arbitrária e deformar completamente o conteúdo das impressões envolvidas. Assim, não há como justificar a aplicação de princípios racionais a uma realidade que, apesar de moldada por tais princípios no nível transcendental, não nos diz em que medida ela concorda ou não com os mesmos.

Se a crítica que acabo de fazer tem fundamento, fica claro que, mesmo no caso do sistema kantiano, a crítica de Hume ainda não encontra resposta satisfatória. Apesar de pertencer ao nível transcendental, o princípio de causalidade não possui qualquer fundamento no domínio dos fatos do mundo exterior. Retornando à terminologia de Hume, ele constitui uma relação entre idéias que não pode basear-se numa questão de fato. Assim, Kant se encontra diante de uma nova aporia, tão difícil de resolver quanto aquela que enchia de perplexidade o empirista Hume. Por um lado, o mundo é constituído por um conjunto de percepções logicamente articuladas por um sujeito pensante. Desse ponto de vista, as coisas são o que são em virtude da ação cognitiva deste sujeito pensante, que as estrutura como objetos e as organiza no interior do mundo sensível. Aqui, Kant segue a orientação geral do racionalismo, expressa pela análise cartesiana do 'pedaço de cera'. Por outro lado, não há nada, nas percepções assim organizadas, que justifique a organização que lhes é dada pelo sujeito. É certo que, conforme diz Kant, o sujeito se reconhece no fenômeno porque impôs sua organização cognitiva ao mesmo. Mas esta organização não encontra fundamento no conteúdo último da intuição sensível, que só fornece a matéria do conhecimento; ela constitui a forma que provém do próprio sujeito cognoscente e, como tal, é artificial e injustificada. O sujeito se reencontra no mundo, mas no *seu mundo*, e não no mundo real, a respeito do qual nada pode dizer. Aqui, em que pese o brilhante apelo ao aparato cognitivo de caráter transcendental, Kant esbarra irremediavelmente com a mesma questão insolúvel que todo filósofo racionalista tem de enfrentar a partir da crítica de Hume: se a relação causal, enquanto questão de fato, não é dada pela intuição sensível, então sua afirmação pelo sujeito cognoscente não passa de uma falácia.

As considerações acima envolvem uma complicação maior e extremamente importante, já que o sujeito cognoscente só tem acesso às percepções das coisas, e não às coisas em si mesmas. Para mostrar como concebe este aspecto crucial do nosso conhecimento, Kant faz a famosa distinção entre 'fenômeno' e 'coisa em si'. Na realidade, tal distinção

já estava prevista na própria organização geral do modelo kantiano do conhecimento, através da definição do entendimento como 'espontaneidade' e da sensibilidade como 'passividade'. Se esta última é passiva, ela pressupõe a existência de algo que seja capaz de afetá-la. Este algo é a coisa em si. Segundo Jones, Kant vacila entre duas maneiras diferentes de concebê-la: em alguns momentos, ele a entende a-criticamente como uma espécie de substância que exerceria uma ação causal sobre nossa sensibilidade; em outros, ele a entende criticamente como um *conceito limite*, cuja função seria restringir as pretensões da sensibilidade, mostrando as suas fronteiras. No primeiro caso, teríamos uma clara extrapolação das categorias de substância e causalidade, já que as mesmas estariam sendo aplicadas a algo para além das intuições sensíveis. No segundo, teríamos uma concepção de 'coisa em si' que seria consistente com a atitude crítica preconizada por Kant (Jones 1975: 63-4). Parece-me que o primeiro caso efetivamente constitui uma clara extrapolação do uso das categorias mencionadas. Mas não me parece que o segundo caso, apesar de corresponder a uma interpretação mais rigorosa dos princípios do kantismo, constitua uma alternativa melhor. De fato, apesar de somente termos acesso ao mundo dos fenômenos, a definição de sensibilidade como passividade exige que se postule a existência, para além da intuição sensível, de algo que seja capaz de *afetar* esta sensibilidade. Assim, mesmo enquanto conceito limite, a própria definição de 'coisa em si' envolve sutilmente a pressuposição de alguma forma de causalidade para além da dimensão fenomênica. E esta forma de causalidade, mesmo entendida como um novo conceito limite, só pode ser coexistir com os demais conceitos kantianos de maneira bastante desajeitada. Na estruturação de seu sistema, Kant parece ter apelado, de maneira inexplícita e injustificada, a um conceito metafísico de causalidade que não encontra guarida no próprio sistema. Se levarmos em conta que a definição de sensibilidade como passividade é fundamental para a construção do sistema, fica evidenciado o alcance do problema levantado. Esta dificuldade do kantismo é bastante conhecida e não exige maiores desenvolvimentos.

A aporia kantiana pode ser colocada em outros termos. Por um lado, existe um sujeito pensante que aplica a relação causal aos objetos percebidos pelos sentidos. Por outro lado, os "objetos" percebidos pelos sentidos não são os objetos mesmos, mas sim aquilo que deles faz o aparelho cognitivo do sujeito pensante. A natureza dos objetos considerados em si mesmos constitui, para nós, uma mera hipótese: estritamente falando, jamais teremos acesso à mesma. Poderemos, no máximo, efetuar generalizações, conformando-nos com o fato de que, para fundamentá-las, somente podemos afirmar que temos o poder de efetuar tais generalizações. Em última análise, as inferências causais, através das quais tentamos prever os futuros eventos, constituem inevitáveis saltos no escuro. Retomando a imagem de Hume que compara o sujeito a um teatro, podemos dizer que, em Kant, há um palco que

garante a estrutura e a continuidade da peça teatral; mas esta última é tal que nada sabemos a respeito dos atores envolvidos.

No caso do choque das bolas sobre uma superfície plana, o resultado final da aplicação das categorias de substância e causalidade, através dos princípios e esquemas adequados, às qualidades sensíveis correspondentes, pode ser avaliado da seguinte maneira: a rigor, não há qualquer fundamento exterior ao sujeito, nestas qualidades, para a aplicação das categorias citadas. Esta aplicação constitui uma *imposição arbitrária* do sujeito cognoscente, a partir da qual impressões independentes são articuladas de modo a produzirem a percepção de bolas se chocando. Considerar uma parte do feixe de impressões envolvido como a substância representada pela bola 'A', p. ex., constitui aquilo que poderíamos denominar a 'falácia da substancialidade'.

Neste caso, os princípios do entendimento e os esquemas correlatos, que fundamentam a aplicação das categorias de substância e causalidade, apenas constituem formulações das regras gerais que seguimos para a construção das falácias correspondentes. Assim, o princípio das analogias da experiência nos diz que só há experiência do choque das bolas quando representamos uma conexão necessária das percepções envolvidas. A primeira analogia da experiência constitui a regra específica para a construção da falácia da substancialidade, já que estipula as condições sob as quais a categoria de substância pode ser aplicada ("em toda a variação dos fenômenos, permanece a substância"). Essa regra é aplicada através do esquema da permanência. A segunda analogia da experiência constitui a regra específica para a construção da falácia *post hoc, ergo propter hoc*, uma vez que estipula as condições sob as quais a categoria de causalidade pode ser aplicada ("todas as mudanças acontecem segundo a lei da conexão de causa e efeito"). Essa regra é aplicada através do esquema da sucessão.

Não podemos esquecer que o fenômeno do choque das bolas foi construído como experiência de um sujeito determinado. Isto significa que as qualidades sensíveis envolvidas nem sequer a unidade de um sujeito cognoscente são capazes de fundamentar. O trabalho todo foi realizado pela unidade sintética da apercepção. Isto, porém, revela que a construção do sujeito constitui uma nova versão da falácia da substancialidade. Realmente, não há qualquer impressão que fundamente a ligação de dois feixes de impressões espaço-temporais sucessivas como pertencendo a um mesmo sujeito.

A idéia de que o conhecimento resulta de uma articulação equilibrada entre o conteúdo fornecido pelas intuições e a estrutura fornecida pelos conceitos fica também comprometida. Com efeito, dada a conclusão de que as aplicações das categorias constituem, em última instância, *falácias transcendentais*, os juízos sintéticos a priori envolvidos pela física newtoniana na explicação do choque das bolas de bilhar revelam-se

muito mais “*a priori*” do que “sintéticos”. A contribuição oferecida pelas intuições sensíveis é ínfima, reduzindo-se a uma dispersão de sensações caóticas. Já a contribuição oferecida pelos conceitos e princípios do entendimento é máxima, correspondendo a uma verdadeira construção artificial do fenômeno.

Como se pode ver, em nenhum momento as razões pelas quais as categorias em questão são aplicadas foram extraídas do material *a posteriori* proveniente das qualidades sensíveis que elas organizam. Apesar de pertencerem à dimensão transcendental das condições *a priori* de possibilidade de efetuação das conexões substanciais e causais, o fundamento das categorias se encontra nelas mesmas. No final das contas, isto nos coloca na seguinte situação. Por um lado, temos o conteúdo *a posteriori* das qualidades sensíveis, que se revela absolutamente caótico. Por outro, temos um sujeito transcendental cujo aparato cognitivo organiza o material proveniente destas qualidades sensíveis de acordo com as leis dele próprio. O resultado é a construção falaciosa de um mundo *deste sujeito e para este sujeito*. A relação entre esta construção do sujeito e o mundo real, localizado, como conceito limite, para além desta construção, é absolutamente incognoscível. Desse modo, estamos destinados à eterna ignorância sobre o que se esconde por trás do fenômeno do choque de duas simples bolas numa superfície plana.

Vale a pena perguntar, neste ponto, pelas causas teóricas da dificuldade de Kant. Aqui também, como no caso da análise que fiz de Hume parece que a fonte das dificuldades está no quadro conceitual cartesiano, formado pela conjunção dos princípios da imanência da consciência e do atomismo psicológico. Como bom cartesiano, Kant considera que só temos acesso a nossas percepções imediatas. Essas percepções, contudo, são inteiramente independentes umas das outras e exigem um sujeito cognoscente que seja capaz de articulá-las sob a forma de uma experiência do mundo. A idéia deste sujeito cognoscente é obtida a partir do apelo a princípios puramente racionais que estabelecem a necessidade de um eu capaz de unificar as percepções sucessivas para que possa haver uma experiência do mundo. Mas o dualismo entre o sujeito cognoscente e as percepções que ele unifica faz com que a experiência do mundo se reduza, em última instância, a uma criação do sujeito cognoscente. E este último não tem elementos para decidir o quão arbitrária ou o quão adequada ela é. Em outras palavras, é certo que o eu unifica as percepções e constrói o mundo. Contudo, jamais saberemos qual a relação entre o mundo assim construído e o mundo real, conceito limite que postula uma “localização” para além das percepções unificadas pelo eu. Assim, se a aplicação do princípio de causalidade pode ter algum valor cognitivo no mundo das percepções organizadas pelo eu, este valor é nulo no mundo das coisas reais, cuja verdadeira natureza desconhecemos. Ficamos, pois, na desagradável situação de ter que admitir que não possuímos os meios para decidir

se nossas aplicações do princípio de causalidade às impressões constituem um delírio da racionalidade subjetiva ou uma efetiva forma de conhecimento³.

IV - Observações finais

Como afirmei em outro lugar, Hume se envolve numa aporia, ao postular inicialmente um sujeito cognoscente para fazer sua crítica à causalidade e ao rejeitar, em seguida, a existência do próprio sujeito cognoscente⁴. Todavia, pelo fato mesmo de postular um sujeito cognoscente, a crítica humeana pode ser formulada adequadamente em linguagem kantiana. Diferentemente de Hume, Kant não tem problemas em admitir a existência de um sujeito pensante capaz de fazer as conexões entre os fenômenos. Assim, sua dificuldade é aparentemente menor do que a do pensador escocês, pois Kant tem apenas que explicar como é possível ao sujeito fazer a conexão causal, enquanto o filósofo empirista tem de explicar, antes disso, como é possível um sujeito que possa fazer a conexão causal. Mas a nova aporia que Kant tem de enfrentar não é menor por causa disso, já que a crítica humeana traduzida para a sua linguagem mostra com clareza que o sujeito

³ A explicação kantiana da causalidade envolve outras dificuldades que merecem ser pelo menos mencionadas. Dentre elas, destacam-se:

1) Já que a categoria da causalidade é aplicada de acordo com o esquema da sucessão temporal, como poderemos distinguir um caso envolvendo mera sucessão no tempo de um caso envolvendo causalidade efetiva? Por exemplo, após o choque das duas bolas, por coincidência, um despertador colocado perto delas começa a tocar. Que mecanismos seriam necessários para explicar que a mudança do movimento das bolas resulta do choque, mas não o toque do despertador?

2) Em conexão com o problema anterior, como explicar a possibilidade do nosso aparelho cognitivo de caráter transcendental cometer um erro na construção da relação causal? Por exemplo, uma tribo de índios, diante do fenômeno apavorante e desconhecido de um eclipse total do sol, poderia lançar flechas na direção do astro até que o eclipse terminasse. Do ponto de vista do aparato transcendental destes índios, que não deveria ser diferente do nosso, isto possibilitaria a aplicação da categoria de causalidade para estabelecer uma relação causal entre o fenômeno de lançar as flechas e o da reaparição gradativa do sol. Ora, isto seria uma falácia. Como distinguir a atribuição falaciosa da autêntica? Alguém poderia replicar que a base para dar uma resposta adequada às questões acima se encontra nas analogias da experiência. É bem possível que isto seja verdade. Mas o problema que se coloca no primeiro caso é o de saber até que ponto estas analogias, que são *a priori*, conseguem produzir algo que não seja uma mera imposição artificial do nosso aparelho cognitivo ao diverso da experiência. O problema levantado pelo segundo caso é mais complicado, pois envolve diferenças *culturais* a serem explicadas por um aparato cognitivo comum aos nativos e aos membros de culturas ocidentais.

⁴ Ver nota 2.

cognoscente é, em última instância, incapaz de fazer, de maneira satisfatória, uma conexão causal entre os fenômenos. Esse último ponto constitui um real problema para Kant.

A análise feita mostra que a solução kantiana está aberta às mesmas dificuldades que apontei em Descartes⁵. Suas causas se encontram na adoção simultânea dos princípios da imanência da consciência e do atomismo psicológico. De acordo com o primeiro deles, só temos acesso às nossas percepções das coisas, e não às coisas mesmas. De acordo com o segundo, as percepções das coisas se constituem de sensações inteiramente independentes umas das outras. Desse modo, o fundamento das conexões entre essas sensações independentes ou átomos de percepção não provém delas mesmas. Sua origem deve provir de um princípio que lhes é exterior, como, p. ex., a razão. Mas tal princípio, justamente por ser-lhes exterior, só pode unificá-las de acordo com leis que lhes são também exteriores. Assim, a dificuldade de Descartes e Kant é, no fundo, a mesma. A diferença está em que, para o primeiro, ela se localiza no nível do eu empírico, enquanto, para o segundo, ela foi deslocada para o nível transcendental. Em virtude disso, a explicação de Kant se reduz, em última instância, a mostrar como um juízo causal se reduz a uma falácia transcendentalmente construída, ao passo que a explicação cartesiana, embora também envolva uma falácia, não a localiza no nível transcendental. A situação se agrava mais ainda em Kant, contudo, já que o filósofo alemão precisa postular a 'coisa em si' como conceito limite capaz de contrabalançar a passividade da nossa sensibilidade. A 'coisas em si', apesar de não podermos conhecê-la, constitui um postulado indispensável do kantismo, pois é ela que 'dispara' a nossa faculdade cognitiva para que possamos construir os fenômenos da percepção. Na realidade, postulá-las a qualquer título constitui um abuso na aplicação da categoria de causalidade, porque tal categoria só pode ser aplicada ao domínio das intuições sensíveis e as coisas em si mesmas pertencem a um outro domínio. Dessa forma, a física constituiria uma espécie de delírio de nossa razão, que, impossibilitada de atingir a verdadeira realidade, construiria uma realidade vicária para uso próprio.

Esta situação foi muito bem sintetizada por Nietzsche nas suas "Considerações Extemporâneas"

"Mas tão logo Kant comece a exercer um efeito popular, nós o perceberemos na forma de um corrosivo e demolidor ceticismo e relativismo; e somente nos espíritos mais ativos e mais nobres, que nunca agüentaram permanecer na dúvida, apareceria, no lugar dela, aquele abalo e desespero de toda verdade, que foi vivido, por exemplo, por Heinrich von Kleist, como efeito da filosofia kantiana. 'Há pouco', escreve ele, certa vez, a seu modo cativante, 'travei conheci-

⁵ Cf. meu texto Sobre uma incompatibilidade conceitual congênita relativa à causalidade no sistema cartesiano, 207-24.

mento com a filosofia kantiana, e agora tenho de comunicar-te um pensamento tirado dela, pois não posso temer que ele te abalará tão profunda, tão dolorosamente quanto a mim. — Não podemos decidir se aquilo que denominamos verdade é verdadeiramente verdade ou se apenas nos parece assim. Se é este último, então a verdade que juntamos aqui não é mais nada depois da morte e todo esforço para adquirir um bem que nos siga até mesmo no túmulo é vão. — Se a ponta desse pensamento não atinge teu coração, não sorrias de um outro que se sente profundamente ferido por ele, em seu íntimo mais sagrado. Meu único, meu supremo alvo foi a pique, e não tenho mais nenhum” (Nietzsche 1873-4 — Considerações Extemporâneas, p. 71)

Espero que estas considerações contribuam para aumentar a suspeita de que o equívoco fundamental da Filosofia Moderna consistiu em buscar uma fundamentação última de caráter epistemológico para a forma revolucionária de conhecimento representada pela física de Galileu. A constatação básica que me faz supor a existência de tal equívoco possui dois aspectos fundamentais. Por um lado, o novo tipo de conhecimento proporcionado por esta física se baseia numa forma especial de interação entre a teoria e os fatos, interação esta que obedece a uma lógica peculiar e inteiramente desligada de considerações ligadas à fundamentação última. Por outro lado, este novo tipo de conhecimento tem progredido independentemente do debate em torno da sua fundamentação última. Apesar da filosofia kantiana tentar explicar como se estabelece a relação causal no caso do choque das duas bolas, é digno de nota que a fórmula adotada em física para expressar a conservação da quantidade de movimento *não faz referência ao próprio choque*. De fato, o primeiro termo da equação considerada nos dá a quantidade de movimento *antes* do choque e o segundo termo, a quantidade de movimento *depois* do choque. A complexidade do choque das bolas e das possíveis interações causais entre elas são deixados de lado na análise do problema. Não indicaria isto que, pelo menos neste caso, aquilo que a filosofia kantiana tenta fundar seria, no fundo, dispensável para a consideração puramente física da questão?

Deste ponto de vista, a história das idéias tem apresentado, *grosso modo*, duas vertentes que correm paralelamente: uma delas é representada pela nova física e a outra, pela filosofia que tenta fundá-la. Das duas, pelo menos a primeira tem avançado de maneira independente, e sua evolução tem até mesmo criado novos problemas para a segunda⁶. A vertente representada pela filosofia de tipo fundante tem corrido incansavelmente atrás da nova física, mas, além de constantemente esbarrar em aporias semelhantes àquela que foi aqui descrita no caso de Kant, não repercute de maneira efetiva na nova física. Os filósofos costumam

⁶ Vejam-se, p. ex., os recentes e difíceis problemas filosóficos levantados pela Mecânica Quântica.

dizer que Hume “condenou” a física ao fracasso e que Kant a “salvou”. Na verdade, a física continuou evoluindo à revelia destas filosofias. Contudo, a análise e discussão destas questões exigiriam um espaço muito maior do que o disponível. Fiquem elas apenas como sugestão para desenvolvimento posterior.

Referências bibliográficas

- DESCARTES, R. (1979). *Meditações*. In: *René Descartes*. Introd. de G-G. Granger. Prefácio e notas de G. Lebrun. Trad. de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural, Col. “Os Pensadores”, pp. 73-144.
- JONES, W. T. (1975). *Kant and the Nineteenth Century. A History of Western Philosophy*. 2nd ed., revised.
- KANT, I. (1980). *Crítica da Razão Pura*. In: *Kant*. Trad. de V. Rohden e U. B. Moosburger. São Paulo: Abril Cultural, Col. “Os Pensadores”.
- _____. (1975). *Kritik der Reinen Vernunft*. Herausgegeben von I. Heidemann. Stuttgart: Philipp Reclam.
- NIETZSCHE, F. (1978). *Considerações Extemporâneas*. In: *Obras Incompletas*. Seleção de textos de G. Lebrun. Trad. e notas de R. Rodrigues Torres Filho. 2 ed., São Paulo: Abril Cultural, Col. Os Pensadores.
- PINTO, P. R. M. (1995). Aspectos da crítica de Hume ao princípio de causalidade”, in: CARVALHO, M. C. M. (Org.). *A Filosofia Analítica no Brasil*, Campinas: Papirus, 1995, pp. 51-68.
- _____. (1993). Visão panorâmica da Física contemporânea e alguns de seus reflexos sobre a questão filosófica da causalidade. *Síntese Nova Fase*, vol 20, nº 63 (1993): 679-701.
- _____. (1995). Sobre uma incompatibilidade conceitual congênita relativa à causalidade no sistema cartesiano. *Síntese Nova Fase*, vol 22, nº 69 (1995): 207-24.
- _____. (1998). A questão da transmissão do movimento na filosofia primeira de Hobbes”. *Kriterion*, vol XXXIX, nº 97 (1998): 176-86.

Endereço do Autor:
Av. Antônio Carlos, 6627
30270-901 Belo Horizonte — MG